



Anais da Assembléia

N° 29

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE ABRIL DE 1978

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Calto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dufflio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pércles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 19.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 1995
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Berardin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Élio Rusch, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reni Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sergio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Augustinho Zucchi, Eduardo Trevisan e Geraldo Cartário (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e fará a verificação de votação.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e procederá a chamada nominal

dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) - Senhor Presidente, dispense a chamada nominal, tendo em vista que já há número legal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Prossegue a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Garcia) - (Prossegue a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) - Senhor Presidente, já deu número suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Ata.

Os Senhores Deputados, que aprovam, conservem-se como estão. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 671

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 92/95, que autoriza o Poder Executivo a anuir em doação, da Fundação Universidade Estadual de Maringá, à União, do imóvel, conforme específica.

Sala das Sessões, em 04.04.95.

(aa) ANIBAL KHURY

JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 655

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e, CONSIDERANDO o infausto passamento do Prefeito de Cerro Azul, Doutor Nivaldo Enio de Moura e Costa, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais, um voto de profundo pesar pelo seu falecimento, comunicando-se a decisão da Casa à família enlutada e ao povo de Cerro Azul, através das autoridades daquele município.

Sala das Sessões, em 04.04.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Prefeito Nivaldo Enio de Moura Costa, falecido no começo desta semana sepultado no último dia 03, em sua ter

Curitiba, terça, em 04.04.95

natal, Cerro Azul, foi um homem que enobreceu a classe política pela sua luta denodada em favor do Vale do Ribeira, região que registra as mais altas taxas de pobreza de nossa terra e que ele - médico e advogado - sabia avaliar com clareza.

Daí seu esforço pelo desenvolvimento social e pela integração da gente das cercanias do Ribeira, para assegurar que eles tivessem oportunidade de se realizarem no próprio chão áspero que os viu nascer, sem necessidade de migrarem para a periferia das grandes metrópoles; seu trabalho pela pavimentação da estrada de ligação Rio Branco a Cerro Azul e que haveremos de continuar; seu apoio aos aproveitamentos hidrelétricos do potencial energético do Vale do Ribeira, preservado o meio ambiente, protegido e valorizado o ser humano que o habita; sua batalha para atrair empreendimentos que dessem exploração a citricultura regional e emprego aos moradores de seu município; sua liderança comunitária expressada na Presidência da Associação dos Municípios do Vale do Ribeira Paranaense, que ele fundou; e na Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, que passou a integrar e onde recentemente fora eleito seu Diretor Secretário; enfim, suas realizações administrativas e sociais reconhecidas pelo povo de Cerro Azul, que o elegeu pela 2.^a vez, para exercer o cargo de Prefeito.

Por esse perfil de homem público e as qualidades de médico humanitário, que fez de seu hospital um centro de atendimento aos seres humildes do interior do município de Cerro Azul e de todo o Vale do Ribeira, a memória de Nivaldo Enio de Moura e Costa, haverá de perdurar, inclusive por este voto de sentimentos que, acreditamos, expressa o pesar geral desta Assembléia pela sua irreparável perda.

REQUERIMENTO N° 661

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão plenária, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Nivaldo Enio de Moura e Costa, ocorrido no último dia 02.04.95, vítima de infarto.

Requer outrossim, o envio de correspondência à família enlutada, residente no Município de Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 04.04.95.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 662

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano

Plenário, a consignação na Ata da presente sessão plenária, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor José Pedroso de Moraes, ocorrido no último dia 03.04.95, vítima de infarto.

Requer outrossim, o envio de correspondência à família enlutada e Câmara Municipal, no Município de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 04.04.95.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão plenária, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Domingos Pup, ocorrido no dia 03.04.95.

Requer outrossim, o envio de correspondência à família enlutada, residente no Município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 04.04.95.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 654

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o lançamento do livro "Pedços de Vidas", do advogado e jornalista Osmann de Oliveira, propõe o registro em ata dos trabalhos desta Sessão, de um voto de congratulações ao autor pela sua contribuição à memória do povoamento do litoral paranaense, bem como da justiça de nossa terra.

Com efeito, Osmann de Oliveira, advogado eminente de nossas lides forenses, alinhou na obra suas saborosas crônicas publicadas nos jornais do Paraná, em rememorando fatos de sua infância na bucólica Morretes dos meados do século - algumas repassadas de sentimentalidade, como "A Jabuticabeira lá de Morretes", onde evoca a figura do então Prefeito Sebastião Cavagnolli, já falecido - outras, vinculadas à sua vivência no foro curitibano; todas com pertinência literária em função da inteligência e conhecimento do autor.

Pedimos ainda que, de par com este voto de congratulações, o exemplar anexo seja agregado à Biblioteca "Ruy Barbosa" desta instituição, para reconstituir seu acervo, compondo na estante das obras paranasistas para atestar o elevado grau de amadurecimento em estilo e vivência dos escritores de nossa terra.

Sala das Sessões, em 04.04.95.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 666

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER, envio de votos de congratulações ao Presidente da Sociedade Rural do Paraná, Sr. José Carlos Tiburcio, pela realização da 35.^a Edição da Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina.

Sala das Sessões, em 04.04.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A 35.^a Exposição, que é a 29.^a Nacional e a 3.^a Internacional, tem demonstrado o grau de profissionalismo e competência com que é organizado este mega evento.

São 600.000 pessoas que visitarão aquela mostra, que apresenta o que existe de melhor na agropecuária e na indústria do país. Ao longo de sua história a Exposição de Londrina, como é conhecida, tornou-se importante para o desenvolvimento da agropecuária, batendo recordes e mais recordes na exposição e comercialização.

REQUERIMENTO N° 664

Senhor Presidente.

Consoante o que prescreve o Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, arquiteto Jaime Lerner, solicitando ao mesmo que informe à Assembleia Legislativa qual o valor pago pelo Governo do Estado para a contratação, sem licitação, da empresa Hannover Fairs do Brasil S/C Ltda., para a organização e administração da participação oficial brasileira na Feira Industrial de Hannover/95, na Alemanha, no período de 03 a 08.04.95.

Requer, outrossim, seja remetido a esta Casa o contrato firmado com a sobredita empresa, especificando as funções que serão exercidas pela contratada.

Cabe destacar que mencionadas informações se destinam a esclarecimento público.

Sala das Sessões, em 04.04.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 674

Senhor Presidente.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através dos Deputados que abaixo subscrevem, quer registrar às crescentes dificuldades que as instituições prestadoras de serviços ao Estado no atendimento às crianças, aos idosos e portadores de deficiência, em razão dos atrasos da L.B.A. - Legião Brasileira de Assistência.

Senhor Ministro: a primeira medida do novo Governo foi a extinção da L.B.A. (Legião Brasileira de Assistência), porém em cadeia nacional as instituições receberam a garantia do cumprimento dos compromissos assumidos em 1994 e até o presente, nada foi cumprido da proposta, e as dificulda-

des avolumam-se.

A partir da extinção, os compromissos da L.B.A. foram transferidos e absorvidos pelo Ministério da Previdência e Desenvolvimento Social, que por sua vez está sob o comando de Vossa Excelência e até o presente momento não manifestou-se oficialmente sobre a condução desta situação que envolve as instituições que prestam serviços para o Governo.

Os atrasos no repasse das verbas já totalizam 03 (três) meses, as APAEs, as creches, asilos e outras instituições encontram-se sem recursos para cumprir compromissos significativos tais como alimentação, medicamentos, e pagamento de funcionários, compromissos este de fundamental importância para a manutenção dos seus abrigados. Os problemas gerados a partir da extinção da L.B.A. estendem-se também às Prefeituras Municipais, mantenedoras de centenas de creches e milhares de crianças.

Requerem como representantes de toda população paranaense, providências urgentes sob pena de sermos considerados omissores com esta parcela da população, constituída por crianças, portadores de deficiência e idosos.

Sala das Sessões, em 04.04.95.

(a) ANIBAL KHURY, LUIZ CARLOS MARTINS, SÉRGIO SPADA, EDNO GUIMARÃES, ROSSONI, JOSÉ MARCOS ALVES, RICARDO CHAB, ÉLIO RUSCH, CÉSAR SELEME, MILTON PUPPIO, JOÃO TECHY, ANGELO VANHONI, PÉRICLES DE MELLO, NELSON TURECK, EDSON SILVA LINO, CEZAR SILVESTRI, ANTÔNIO BELINATI, BETO RICHIA, JOEL COIMBRA, LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI, ANTONIO ANNIBELLI, ORLANDO PESSUTI, TOTI COLAÇO, SÂMIS DA SILVA, RENY BORSATO, CARLOS SIMÕES, EDGARD BUENO, WALMOR TRENTINI, EMERSON NERONE, DOUTOR ROSINHA, ALBANOR GOMES, JOSÉ MARIA FERREIRA, AUGUSTINHO ZUCCHI e 2 ilegíveis.

REQUERIMENTO N° 675

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências no sentido de desarmar a guarda patrimonial das Indústrias Zattar, situada no Município de Pinhão, tendo em vista a atuação de homens armados em conflitos fundiários existentes no local.

Sala das Sessões, em 04.04.95.

(a) EMERSON NERONE

JUSTIFICATIVA:

A convulsão social marca a história do Município de Pinhão há cinquenta anos, desde a instalação das Indústrias Zattar naquele local. Arbitrariedades de toda natureza são praticadas em nome do poder

econômico.

Narra-se a seguir, alguns fatos mais recentes para ilustrar e embasar esse apelo à Secretaria de Estado da Segurança Pública, tendo em vista o frágil posicionamento desse órgão, que chega a ser displicente em relação aos acontecimentos, na iminência de ser encarado como conivência, posto tratar-se de assunto de pleno conhecimento da referida Secretaria de Estado desde longa data.

Na sexta-feira, dia 31 de março do corrente ano, a guarda patrimonial das Indústrias Zattar, que, recentemente, teve seu alvará de funcionamento renovado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, não obstante existir liminar judicial contrária ao funcionamento dessa guarda, efetuou a prisão dos seguintes posseiros e funcionários da ervateira Zambruski: Juarez de Deus Almeida, Alcindo Ferreira Kinceler, Revelino Zambruski e Avelino Zambruski.

Uma vez recolhidos na Delegacia de Polícia de Pinhão, tiveram fianças arbitradas pelo Delegado de Polícia na quantia de R\$ 70,00 (setenta reais). Contudo, madeireiros presos na mesma época, em razão da extinção ilegal de madeira, tiveram fianças arbitradas no valor de R\$ 37,00. A flagrante discriminação e falta de critério na aplicação da legislação que rege a concessão de fiança gerou revolta entre os moradores da região, colocando sob suspeita a atuação do Delegado de Polícia encarregado do caso.

O mesmo Delegado de Polícia, em reunião mantida com os posseiros da região, aconselhou os mesmos a organizarem uma guarda particular a fim de promover a defesa dos respectivos interesses, combatendo a força da guarda patrimonial das Indústrias Zattar em pé de igualdade. Dessa forma, convidou os presentes, de forma indireta, ao armamento e, conseqüentemente, agravar a situação do conflito fundiário no local.

Para enfatizar o envolvimento do Delegado de Polícia do Município de Pinhão com a direção das Indústrias Zattar, cabe destacar que, recentemente, alguns cidadãos procuraram a Delegacia a fim de prestar queixa contra a atuação da guarda patrimonial e o Delegado somente registrou a queixa após muita insistência dos ofendidos e depois de telefonar para os responsáveis pelas Indústrias Zattar.

Diante do exposto e tendo em vista preservar as garantias dos cidadãos e pôr um fim à longa história de violências praticadas na região em face da ausência do Poder Público constituído, requer-se providências imediatas da Secretaria de Segurança Pública, porque é competência desse órgão estadual manter a ordem pública e

evitar o armamento civil.

REQUERIMENTO N° 656

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de sanar o problema que vem ocorrendo na fossa da Escola Estadual Angelo Buzato, localizada à Rua São Bento - Jardim Monte Santo, uma vez que ela foi quebrada durante a construção do muro da escola e está vazando, causando um mau cheiro insuportável.

Pedem-se providências urgentes, pois além do mau cheiro, as crianças estão propensas às doenças que possam contrair.

Sala das Sessões, em 04.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 657

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de providenciar o mais breve possível o retorno das aulas na Escola Estadual Professor Alcione Moraes de Castro Velozo, localizada no Conjunto Osvaldo Cruz II, a qual foi vítima de vandalismo dia 26/27 de março.

Pedem os pais dos alunos que sejam tomadas, o mais breve possível, providências quanto a segurança da escola, para que as aulas sejam retomadas.

Sala das Sessões, em 04.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 658

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de que seja verificado o que está ocorrendo no Colégio Estadual Conselheiro Zacarias, localizado na Rua Ubaldino do Amaral, com referência a entrada dos alunos nesse estabelecimento de ensino.

Os pais dos alunos afirmam que no ato da matrícula pagaram uma taxa para confecção de crachá de identificação dos alunos, porém, mesmo portando esse crachá, a direção da escola não permite a entrada dos alunos e não permite que eles assistam as aulas se não estiverem vestindo camiseta completamente branca. Como trata-se de um colégio estadual, sabe-se que não é obri-

gatório usar uniforme e nem proibir que eles assistam as aulas.

Sala das Sessões, em 04.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 659

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de providenciar Professor de Química para o 1° ano do 2° grau, período da manhã, para o Colégio Estadual Antonio Lacerda Braga, no Alto Maracanã, em Colombo. Desde que iniciaram as aulas, os alunos ainda não tiveram essa matéria.

Sala das Sessões, em 04.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 668

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, REQUER, envio de expediente com pedido de informações sobre a Colonia Penal Agrícola de Tamarana, Município de Londrina, ao Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Edson Vidal Pinto.

As informações solicitadas são as seguintes:

1) Em que estágio se encontram as obras da Colonia Penal Agrícola de Tamarana, no Município de Londrina?

2) Qual a intenção do atual governo em relação às obras, se pretende concluí-las (qual o prazo), ou abandoná-las como estão?

Sala das Sessões, em 04.04.95

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Londrina é a maior cidade do interior do Estado do Paraná, fato que por si só justifica a implantação de um regime semi-aberto no cumprimento da pena. O governo anterior construiu a primeira penitenciária fechada do interior do Estado, hoje, modelo para o país, desafogando as unidades fechadas de Curitiba e Região Metropolitana.

Era nossa intenção também a primeira unidade semi-aberta do interior do Paraná, tanto que demos início as obras.

No governo Mário Pereira a construção foi paralisada, por isto, solicitamos agora um posicionamento da administração atual a este respeito. A importância desta unidade semi-aberta, é indispensável se o estado tiver compromisso com a aplicação da Justiça.

REQUERIMENTO N° 669

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o soberano Plenário, REQUER, envio de expediente ao Secretário de Estado do Meio Ambiente com pedido de informações sobre o lixo agrotóxico depositado em área da Colonia Penal Agrícola de Tamarana, no Município de Londrina.

As informações que solicitamos são:

1) A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do atual governo, já realizou uma vistoria no depósito de lixo agrotóxico, improvisado há anos em área que será a Colonia Penal Agrícola de Tamarana, no Município de Londrina? Se fez em que situação está hoje o local?

2) A Secretaria tem um levantamento dos riscos que este depósito irregular representa para a população?

3) Há estudos sobre a destinação que será dada àquele lixo agrotóxico?

4) Quais as providências que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente da atual administração pretende adotar em relação ao problema?

Sala das Sessões, em 04.04.95

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Temos insistido na necessidade da transferência do depósito de lixo agrotóxico instalado em área da futura Colônia Penal Agrícola de Tamarana, no Município de Londrina, desde que ocupamos o cargo de Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, infelizmente por não tratar-se de assunto diretamente ligado àquela pasta, não tivemos o resultado desejado. Agora como Deputado representante da região, voltamos a tratar do problema.

Os riscos que aquele tipo de lixo oferecem à comunidade de Londrina e região são potenciais. Qualquer leigo consegue imaginar as trágicas consequências na eventualidade de um incidente com o tipo de material ali depositado.

O que solicitamos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente é que não ignore o problema e estude urgente providências para a solução deste perigo a que está exposta a população daquela região.

Só os casos de furtos que volta e meia acontecem já justificaria a retirada do lixo daquela área, devido aos perigos de manipulação de produtos agrotóxicos cuja comercialização está proibida, mas o iminente perigo do dia-a-dia propício a um acontecimento trágico de consequências inimagináveis requer uma providência imediata.

REQUERIMENTO N° 670

CABINA DE VOTAÇÃO ELEITORAL

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido a este douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Dr. Silva Wolff, estudo para garantir a privacidade, dos eleitores menos esclarecidos, no tocante ao momento de votar ter todas as condições favoráveis para exercer o direito democrático do cidadão, previsto na Constituição.

No passado, o eleitor tinha uma condição favorável através de uma cabina de votação grande, a qual lhe garantia toda uma condição de sentir-se protegido, na hora do seu voto com toda tranqüilidade e segurança, sem medo de errar. Mas na última eleição, a cabina de votação foi resumida a um pequeno espaço apenas para cobrir o voto, deixando exposto o eleitor na sua humildade de cidadão, para todos os componentes da mesa, do TRE assim como as demais pessoas presentes, dentro da seção de votação inibindo-o e expondo a uma pressão psicológica, ocorrendo assim uma grande parcela de erros, na hora de ler a cédula eleitoral, e votar corretamente.

No momento de pressão, o eleitor rapidamente vota na seguinte condição:

No espaço reservado para Deputado Federal, o eleitor acaba votando para Deputado Estadual e vice-versa, para Senador e Governador também costuma ocorrer o mesmo erro, por uma questão de intranqüilidade, com isso anulando uma grande parcela de votos na eleição.

Nos termos da lei, o Juiz Eleitoral tem o dever de cumprir a lei, e muitas vezes não é levado em consideração: o voto de intenção, o eleitor, vota confiante na sua humildade escrevendo o nome ou o número do candidato em qualquer lugar da cédula eleitoral, na sua maioria este voto é anulado. Precisamos urgente definir duas questões e fundamentais:

1 - Definir em Lei Eleitoral, que os partidos políticos sejam obrigados por lei a dedicar dez (10) minutos para desenvolver um trabalho de orientação ensinando o eleitor a votar corretamente nos seus candidatos, conforme a cédula eleitoral do TSE.

2 - Definir em Lei Eleitoral, o voto de intenção, acatando o gesto de expressão, a qual o eleitor se define como cidadão consciente, que está na realidade votando corretamente.

JUSTIFICATIVA:

O Deputado Carlos Simões será sempre um colaborador deste egrégio Tribunal Regional Eleitoral, no que tange a tranqüilidade e segurança do eleitor na hora de praticar o mais belo gesto do Processo Democrático: o momento sagrado do voto, vo-

tar certo e consciente que o seu voto não será anulado, e assim sendo participar do processo de cidadania plena, e ser reconhecido na Democracia, escolher o melhor conforme seu pensamento ideológico, sem medo de errar e perder a oportunidade de eleger o seu candidato. Desta forma estaria perdendo a própria identidade como cidadão e também o exercício do voto como participante da construção da História Política do Brasil.

Sala das Sessões, em 04.04.95

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO N° 672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, com o fim de remeter a esta Casa, cópia da Auditoria junto ao Banco del Paraná, realizada no Governo Mário Pereira.

Sala das Sessões, em 04.04.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A presente medida se faz necessária, tendo em vista as contradições nas matérias veiculadas na "Revista Oeste", de dezembro/94.

Os resultados obtidos na Auditoria realizada no Governo Mário Pereira interessam à sociedade, visto que é este poder o representante legítimo do povo paranaense.

REQUERIMENTO N° 673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Governador e ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão no Plano Rodoviário do Estado, o asfaltamento da PR-170, passando por Santa Terezinha, Zatarlândia, até o Município de Inácio Martins, numa extensão aproximada de 70 km.

Sala das Sessões, em 04.04.95.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Com grande satisfação recebemos em nosso Gabinete Parlamentar os nobres edis da Câmara Municipal de Pinhão, José Francisco da Rocha Loures, Joel Neri Martins, Osmar Luiz Piva, Domingos Silvério dos Santos e Pedro Marcos Coelho.

Na oportunidade, expuseram a real necessidade de que o trecho ora requerido para asfaltamento, fique registrado no Plano Governamental, para que num futuro próximo seja levada àquelas comunidades essa benfeitoria tão almejada.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 093/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica proibida a comercialização, em todo o território paranaense, de armas de fogo, sem a devida apresentação, por parte do comprador, de um diploma de habilitação no seu manuseio, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Art. 2° - O diploma, a que se refere o artigo anterior, terá validade de 05 anos, contados a partir da data de sua expedição.

Art. 3° - Esse diploma, fornecido somente a interessado que comprove estar apto para o uso de arma de fogo, será expedido nos municípios que tenham subdivisão policial, comando de Batalhão da Polícia Militar, ou na capital do Estado.

Art. 4° - Esse diploma legal será fornecido a quem resida no Paraná e será obrigatório, também, para todos os cidadãos que transitem por este Estado, exceto autoridades do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Federal.

Art. 5° - Todos os atuais portadores de armas de fogo têm o prazo máximo de 06 meses, a partir da publicação desta lei, para igualmente se submeterem às exigências de que tratam o artigo 1° desta lei.

Art. 6° - O não cumprimento desta lei implicará ao infrator, multa de 17 UPFs, o equivalente hoje a R\$ 370,43 (trezentos e setenta reais e quarenta e três centavos), e apreensão, em definitivo, de sua arma ou armas. Idêntica punição será aplicada a quem tenha vendido a arma para não habilitado.

Art. 7° - Também será validado diploma emitido por Academias de Tiro, credenciadas pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná.

Art. 8° - Não será dado porte de arma a pessoas condenadas e ainda com pendência na Justiça.

Art. 9° - O portador de arma de fogo habilitado, perderá, automaticamente, o direito do seu porte, caso durante a vigência do seu diploma, seja condenado pela justiça.

Art. 10 - No prazo máximo de 90 dias, após sua publicação no Diário Oficial do

Estado, a Secretaria de Segurança Pública baixará normas para regulamentar a presente lei e seu fiel cumprimento.

Sala das Sessões, em 04.04.95.

(a) ANTÔNIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

É sabido que pessoas totalmente desqualificadas têm tido grande facilidade para adquirir armas de fogo. A praxe ocorre praticamente em todo o Brasil.

Sem levar em conta a ação de bandidos que matam para praticar assaltos, muitas vezes para roubar minguadas quantias, é grande também o número de mortes que têm como causa acidentes no manuseio de armas de fogo.

Vale destacar até casos incontáveis de pais que viveram a dor da tragédia dentro de seu próprio lar, por terem deixado armas ao alcance de crianças. Irmão, ingênuo, matando o irmãozinho ou a irmãzinha, ou amiguinho que brincava em sua casa.

É bom lembrar que para tirar carteira de motorista o interessado é obrigado a comprovar estar em condições de ser habilitado. No entanto, para a compra de uma arma de fogo as facilidades são inúmeras. Sua compra, no mercado paralelo, pode ocorrer até numa praça pública ou num bar. Não há uma legislação rigorosa para disciplinar esse comércio.

Em Londrina, o vereador-major da PM, Adalberto Pereira da Silva, profundo conhecedor da área da segurança pública, acaba de submeter idêntico projeto a este, para apreciação de seus pares na Câmara Municipal desse município.

Com a aprovação deste projeto, esta Assembléia Legislativa estará dando importante contribuição para reduzir a violência neste Estado.

PROJETO DE LEI N° 094/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Art. 1° da Lei n° 8.423 de 21.11.86, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica declarado de Utilidade Pública o "Clube de Oratória do Paraná", com sede e foro no Município de Apucarana."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.95

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Através da Lei Estadual n° 8.423, de 21.11.86 está entidade foi declarada de "Utilidade Pública".

Ocorre que a partir de 09.04.92 sua denominação original foi alterada para "Clube de Oratória do Paraná", conforme

cópia de seus atuais estatutos aqui em anexo.

Contudo, seus objetivos, sede e foro não foram alterados.

Pelos motivos aqui expostos, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta Proposição.

PROJETO DE LEI N° 095/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Parque Monte Castelo, Vale das Flores e Jardim das Violetas", com sede e foro no Município de Colombo.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Moradores do Parque Monte Castelo, Vale das Flores e Jardim das Violetas" foi fundada em 14 de fevereiro de 1993, no Município de Colombo.

A "ASMCV", como é designada a "Associação", tem por objetivo: promover a auto-determinação da população do Loteamento, através de sua participação na organização e melhoria da comunidade, bem como desenvolver programas educacionais, recreativos, desportivos e beneficentes.

Conforme demonstra o Relatório das Atividades da "Associação", a mesma já conseguiu vários benefícios para a sua comunidade e continuará cada vez mais atuando para bem cumprir os seus objetivos.

Pelos benefícios que a "Associação" em tela oferece a sua comunidade, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação desta nossa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez subindo à tribuna desta Casa de Leis, e hoje com muita alegria, satisfação, um novo Paraná, um novo tempo, Paraná Novos Caminhos, a esperança de um povo do povo do Paraná hoje nas mãos do grande Governador Jaime Lerner. É um orgulho de ser paranaense hoje e é um orgulho de ser um Deputado do Paraná Novos Caminhos, de ver uma pesquisa e de nós termos um Governador, o Governador mais popular, o Governador mais trabalhador, o Governador mais estratégico, o Governador que prepara o presente para que tenhamos um

futuro melhor no dia de amanhã para os filhos do Paraná.

É com satisfação que hoje, nesta Casa de Leis o Deputado Nelson Tureck - preciso dizer aos companheiros - valeu a grande virada, valeu o grande trabalho das eleições e valeu o voto do povo do Paraná ao Governador Jaime Lerner. Dizer que quando diziam que o Jaime Lerner era o Governador apenas das cidades. Mas quero dizer que no Paraná temos 371 cidades, e hoje temos um Governador que está aí realmente com um trabalho sério, honesto, desenvolvendo o nosso Estado do Paraná.

Parabéns Governador, o Governador da credibilidade, o Governador do pobre e do rico, o Governador do branco e do preto, o Governador da sinceridade. É assim que iremos construir um Brasil melhor, com o Paraná Novos Caminhos do Governo do Jaime Lerner. E dizer uma coisa Srs. Deputados: o Paraná se orgulha lá no interior do Estado do Paraná aonde vemos um povo que sofreu muito com as enchentes aqui na região Metropolitana de Curitiba, e vemos um Governo eficaz, consciente, com as suas manobras rápidas agilizando hoje o canal extravasor do Rio Iguaçu. E eu, quando via ontem que diziam que vemos pessoas que não foram ouvidas e que estão descontentes com o problema do canal extravasor do Rio Iguaçu, quero dizer, estive pessoalmente na região do Boqueirão e senti naquela comunidade, no trabalhador, no comerciante, no funcionalismo público, no motorista, realmente dizendo: parabéns ao Governo Jaime Lerner. "Tantos anos sofremos e nunca tivemos um projeto que fosse resolver o problema das enchentes aqui da Capital de Curitiba. E vemos um Governador que está agindo rapidamente, é uma obra de suma importância para a região Metropolitana; e o povo do Paraná está reconhecendo, está contente, alegre com esse desenvolvimento do Governo Jaime Lerner. Sabemos que é uma obra caríssima, mas sabemos que é uma obra que vem de encontro à sociedade, que vem de encontro aos anseios daquela população porque é ali que existe o bóia-fria, é ali que está o mais simples trabalhador, é ali aquele que trabalha dia a dia e, está naquela região sofrendo. Mas tenho certeza que até o mês de julho este problema estará resolvido, que são treze quilômetros de extensão por três metros e meio, quatro de altura, por quarenta metros de largura.

Parabéns Governador! E tenho certeza que terá todo apoio desta Casa de Leis. Eu, Nelson Tureck, sou um político que gosta de ver as coisas bem feitas.

Nós vimos ontem, respeitamos a opinião de companheiros aqui, a respeito de licitações, mas enfim, são obras de urgência, urgentíssima. E o nosso Governador está fazendo isso e acima de tudo com a credi-

bilidade que ele tem de fazer uma obra dessa.

Orgulho-me hoje de ser um Parlamentar e estar ao lado de um grande Governador que quer a esperança de um futuro a este Estado do Paraná. E é por isso que o povo do Paraná, com apenas 3 meses de administração, 60% dão valor, credibilidade, e quero ainda dizer aquilo que Jaime Lerner pregava em campanha política, que o povo do interior realmente vai ver o que é um grande Governador! E já estamos sentindo isso com os grandes projetos, com os grandes levantamentos que foram feitos, a nível de Paraná hoje, aonde nosso Governador tem uma credibilidade fantástica.

Tenho certeza que a agricultura e a indústria, principalmente os dois setores que são de suma importância que geram riqueza e produzem aquilo que precisamos, mas uma coisa pedimos ainda: para que, através do Presidente da República, possamos tirar este gesso, porque estamos engessados, para que realmente seja feita alguma coisa, porque o nosso Governo do Paraná quer trabalhar! Os nossos Deputados estão aqui porque querem que o Governo faça alguma coisa para que possamos justificar à nossa população do interior a confiança que tiveram em nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Representando esta Casa, principalmente a Mesa Executiva, na pessoa de nosso Presidente Anibal Khury, estivemos reunidos em Belo Horizonte, todas as Assembléias Legislativas do País.

Lá unanimemente, todos os Partidos representados nas pessoas dos Presidentes. Desde o ilustre Presidente do Distrito Federal - que é filiado ao PT - a todos, indistintamente, foi presenciado o interesse nacional de que alguma coisa, nessa Nação, deve ser feita em ajuda aos Estados, Municípios e à União, como um todo.

Depois de 7 horas de reunião, onde cada Estado, principalmente nós, do Sul, que mostramos o tratamento diferenciado do Fundo de Participação dos Municípios, que mostramos a defasagem no que concerne ao Paraná, Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, das isenções tributárias as exportações.

Testemunhando os Estados do Norte e do Nordeste as dificuldades no recebimento do Fundo de Participação dos Municípios que para eles também está a cada mês, sendo defasado, testemunhando de que o centro-oeste do país, pelas dificuldades da

transitabilidade das suas mercadorias pela escassez de rodovias em épocas de chuvas, não têm o escoamento das suas produções, somando todas as dificuldades, vimos que realmente nós parlamentares estaduais devemos tomar posição a nível de reforma constitucional neste país.

Por isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, aqui estamos para pegar novamente o seu aval, para que no próximo encontro dos Presidentes deste país, possamos nós levar o voto do Paraná para aquela carta-compromisso daquele colegiado de presidentes dessa Nação que tiramos em Belo Horizonte, onde o compromisso com o Brasil, o compromisso firmado por todos os Presidentes e representantes naquela oportunidade que consta da pauta de dez itens, tenho a certeza, Senhores, que alguma coisa de valia nessa emenda constitucional, haveremos de trazer ao nos Estado.

Num dos países mais avançados do mundo, que são os Estados Unidos, cada estado tem a sua autonomia jurídica e financeira, tem as suas tributações feitas pelas peculiaridades de cada um que nele vive e somente e tão somente aqui no Brasil, onde nós, do Sul, mais precisamente no recanto do Sul, onde a temperatura chega a dez, a onze e até doze pontos negativos e lá no norte e nordeste, nesse mesmo solo pátrio, a temperatura nunca desce de um parâmetro de vinte graus acima de zero. Essas particularidades climáticas representam a distorção tributária que existe nessa nação. O Brasil como um todo, não pode ser administrado tão somente por um centro de Brasília que não conhece e a cada mudança de governo como esse que aí se estabelece há três meses não tem conhecimento devido de cada quadrante do Brasil e nós que vivemos, os Deputados estaduais que têm as suas bases, muitos deles vindo como ex-prefeitos, outros ex-vereadores, outros vinculados ao municipalismo paranaense e brasileiro, somos nós que de perto realmente conhecemos o que é bom, o que é ruim e o que deve ser feito pela tributação nesta nação.

Indistintamente de cor partidária, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem em suas mãos a oportunidade de demonstrar aquilo que ele pregava quando não era presidente, aquilo que ele, como sociólogo dizia que a melhor maneira de administrar uma nação e de conduzir um povo era e é o regime democrático. Dizia Fernando Henrique Cardoso em sua campanha, que ele iria devolver aos Estados, a autonomia tributária e devolveria aos Estados, aquela competência que foi tirada desde a época da Revolução no País e não foi devolvida, que era a emancipação das diretrizes de cada Estado, ser por ele e por

sua equipe econômica auscultado para tirar as particularidades de cada quadrante desta Nação.

Tem ele em suas mãos o Presidente nessa reforma constitucional, a maneira pela qual a emenda dos Senhores Deputados Estaduais do Brasil, haveremos de entregar a S.Exa., para que isso realmente se concretize.

Nesta tarde, Senhor Presidente, Srs. Deputados, quero pedir o aval do voto do Paraná pela emenda constitucional de devolver aos Estados e ao nosso, particularmente, a questão tributária. Que possamos, através do Governo e através dos Poderes Constituídos, porque iremos envolver o Judiciário e o Executivo, para que, nesta Casa, aonde realmente as Leis são por nós formadas e pelos dois Poderes complementares, possamos devolver ao Paraná a autonomia dos Estados.

Neste compromisso, naquela reunião, os Srs. Presidentes fizeram valer aquilo que é interesse de todos nós. Não interessa tão somente a esta geração, nos interessa um Brasil, um Estado, às futuras gerações. Não adianta Brasília municipalizar o ensino e municipalizar a saúde como foi feita através de um documento assinado, não foi repassado aos Governos e aos municípios e aqui estão diversos Parlamentares vinculados à área da medicina, proprietários de hospitais e médicos, que realmente praticam a medicina, sabem perfeitamente bem o caos em que se encontra a saúde pública nesta Nação e neste Estado do Paraná.

Lá mesmo em Ponta Grossa, Srs. Deputados, vamos ter a oportunidade da visita nesta Casa, logo mais, da Governadora em exercício Emilia Belinati, que aqui vem a uma visita de cortesia a nós todos. E vou aproveitar essa visita de cortesia para que ela, imediatamente, acione o Secretário de Saúde e solucione aquilo que em Ponta Grossa está ocorrendo.

Os hospitais da nossa cidade, que abrangem uma região de quase 500 mil eleitores, que atinge uma população de mais de 1 milhão e duzentas mil pessoas, não estão recebendo mais internamento o que não seja o internamento da Cidade de Ponta Grossa. E a saúde não pára, e a doença não espera. Mas, pelo espírito cristão que norteia os Senhores administradores dos hospitais de Ponta Grossa, só os casos emergenciais, só realmente os casos de fatalidades lá estão sendo internados.

E nós, que representamos Ponta Grossa e a Região, estamos com as mãos amarradas. Por quê? Porque o Estado não recebe do Governo Federal aquilo que deveria ser repassado aos hospitais. O Estado não recebe aquele amparo do Governo Federal que foi transcrito na municipalização da saúde. E os Prefeitos, acuados, realmente encosta-

dos na parede: de Ivaí, Ipiranga, Cândido de Abreu, Reserva se socorrem naquele município um pouco maior que é a Cidade pólo Ponta Grossa. E não estão encontrando porque os hospitais pelo que recebem, pelo tratamento que dão, pelo dinheiro dos internamentos está defasado de há muito, realmente aquele valor. E além de defasado está atrasado. Coisa que deveria a Nação a exemplo deste novo Governo - a saúde, o primeiro compromisso do Ministério da Fazenda desta Nação fosse: pagar saúde, pagar educação para, depois sim, virem as outras obras do Governo Federal e os outros Ministérios a serem atendidos.

Para vergonha de nós, Parlamentares, Srs. Deputados, nos cortes feitos, nos 9 bilhões de cortados do Orçamento da União, um dos mais atingidos foi o Ministério da Saúde. Reclamo, de pronto, do atual Ministro, sensibilidade da equipe econômica e o Governo na mão de Fernando Henrique, está devolvendo, gradativamente, os cortes feitos à saúde do Brasil.

Mas precisamos, Srs. Parlamentares, é realmente de um lobby feito em cima dos nossos Deputados Federais, particularmente os trinta do Paraná, aos três Senadores que nos representam, para que eles através do seu voto, através da sua participação realmente resolvam votar naquilo que é interesse de todos nós, que é uma reforma tributária justa, devolvendo aos Estados e aos municípios aquele que atende de perto os reclamos da população a sua autonomia financeira e administrativa.

Falava eu da governadora Emilia Belinati, vamos levar a ela os reclamos de Ponta Grossa, vamos levar a ela a urgência da solução disto que ora estamos apresentando.

Mas voltando ao compromisso com o Brasil que os Senhores Deputados haverão de ser parte da história desta Nação, haveremos de mudar a Constituição, haveremos de devolver ao Estado, de devolver ao município aquilo que é mais sagrado que é a educação, não precisando as casas hospitalares, não precisando as Secretarias de saúde, não necessitando a Secretaria de Estado da Saúde mendigar recursos ao Governo maior desta Nação.

Queria, ao finalizar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pedir a este Plenário que se houver realmente um consenso em torno do voto do Paraná pela reforma e pelas reformas que nos fosse dado pela delegação que o Presidente Anibal Khury nos transmitiu, que fosse nos dado deste Plenário o aval para votarmos, necessidade que há para a emenda ser apresentada, de 50% das Assembléias dos estados mais um, que o Paraná votasse através da minha pessoa pela reforma, por aquilo que é necessário, e principalmente pela família bra-

sileira que merece saúde e educação aos seus descendentes.

Pelo consenso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se o aval deste Plenário for realmente traduzido através daquilo que nós temos o consenso da Mesa Executiva, fosse traduzido realmente voto a favor das reformas por nós representando esta Casa.

Obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero comunicar à Casa que dentro de instantes a Governadora em exercício, Emilia Belinati, estará presente a esta Assembléia prestigiando a Casa de onde saiu e pelo fato de que vem aqui rever os companheiros deste Plenário.

Comunico a todos então que dentro de dez a quinze minutos a Governadora estará prestigiando a Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia a presença do Prefeito Jobá, de Iguaraçu, e Vereador Oswaldo, de Sarandi, a convite do Deputado Marquinhos Alves.

Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças: PSC, PTB, PDT, PFL, PSDB.

(Todos declinaram).

PPR com a palavra. Deputado César Seleme.

O SR. CÉSAR SELEME - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo a esta Tribuna para registrar as dificuldades presenciadas que estão passando as instituições que tratam e cuidam das crianças, dos idosos e das pessoas portadoras de deficiências.

Senhores Deputados, com a extinção da LBA, primeiro ato o Governo Federal, as creches, os asilos, as APAEs, as Prefeituras Municipais que são mantenedoras de centenas de creches e milhares de crianças estão atravessando grandes dificuldades. Há três meses que a LBA não faz qualquer repasse para as instituições de verbas. A situação, Senhores Deputados, é mais séria do que todos nós pensamos, é uma situação de calamidade pública. Senhores Deputados, o desprezo em que estão sendo tratadas essas entidades sociais pelo Governo Federal.

E quero aqui ainda registrar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que no Ministério da Previdência e Desenvolvimento Social nós temos um paranaense, o Deputado Reinhold Stephanes. Pensamos que haveria uma solução de imediato, mas estou elaborando um documento e terei o prazer de apresentar aos Senhores Deputados para

que assinemos esse documento e encaminhe-mos ao Governo Federal, através do Ministro da Previdência e Desenvolvimento Social, para que traga uma solução de imediato e necessária, para que não haja necessidade de uma mobilização.

O que acontecerá com as Prefeituras Municipais que são mantenedoras de centenas de creches do Estado do Paraná, para não falarmos no Brasil, para as APAEs que cuidam das pessoas portadoras de deficiências, para os asilos que cuidam dos idosos e precisam de dinheiro, precisam de recursos para aquisição de medicamentos, aquisição de alimentação, alimentação e pagamento de funcionários? Solicitamos e pedimos que o Governo Federal, através do seu Ministro da Previdência, dê uma satisfação para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, sob pena de sermos responsabilizados como omissos por não estarmos fazendo nada por essa parcela da população que nos confiou o poder do mandato do voto para representá-los também nessa Assembléia Legislativa, o Estado do Paraná, crianças, idosos e portadores de deficiência, esperam dos Senhores Deputados Estaduais uma efetiva participação na liberação desses recursos. Que a LBA extinta foi delegada e assumida pelo Ministério da Previdência e Desenvolvimento Social a responsabilidade de pagamento, e já se vão três meses e até agora nada.

Senhores Deputados, estou propondo nesta tarde a apresentação de um Requerimento que me sensibilizaria muito e ficaria muito agradecido se quase todos, ou todos, porque isso é pelo Paraná, subscrevessem esse documento, e passo a ler na íntegra esse documento para conhecimento, para amanhã ou depois a população do Paraná não dizer que os Deputados Estaduais dessa legislatura foram omissos quanto a questão da LBA.

(LE):

"EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DA PREVIDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOUTOR REINHOLD STEPHANES.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através dos Deputados que abaixo subscrevem, quer registrar as crescentes dificuldades que as Instituições prestadoras de serviços ao Estado no atendimento às crianças, aos idosos e portadores de deficiência, em razão dos atrasos da L.B.A. - Legião Brasileira de Assistência.

Senhor Ministro, a primeira medida do novo Governo foi a extinção da L.B.A. (Legião Brasileira de Assistência), porém em cadeia nacional as instituições receberam a garantia do cumprimento dos compromissos

Curitiba, terça, em 04.04.95

assumidos em 1994 e até o presente, nada foi cumprido da proposta, e as dificuldades avolumam-se.

A partir da extinção, os compromissos da L.B.A. foram transferidos e absorvidos pelo Ministério da Previdência e Desenvolvimento Social, que por sua vez está sob o comando de Vossa Excelência e até o presente momento não manifestou-se oficialmente sobre a condução desta situação que envolve as instituições que prestam serviços para o Governo.

Os atrasos no repasse das verbas já totalizam 03 (três) meses, as APAES, as creches, asilos e outras instituições encontram-se sem recursos para cumprir compromissos significativos tais como alimentação, medicamentos, e pagamento de funcionários, compromissos estes de fundamental importância para a manutenção dos seus abrigados.

Os problemas gerados a partir da extinção da L.B.A., estendem-se também às Prefeituras Municipais, mantenedoras de centenas de creches e milhares de crianças.

Requerem como representantes de toda População Paranaense, providências urgentes sob pena de sermos considerados omisso com esta parcela da população, constituída por crianças, portadores de deficiência e idosos.

Curitiba, 04 de abril de 1995."

O SR. CÉSAR SELEME - Srs. Deputados, este é o requerimento que mais tarde passarei em Plenário, para quem quiser subscrever este documento, e encaminharmos ao Governo Federal.

Concedo o aparte ao Deputado Rosinha.

O Sr. Doutor Rosinha - Deputado Seleme, já já vários dias o nosso Gabinete vem recebendo correspondência de várias entidades filantrópicas de nosso Estado e de municípios do interior, se queixando de falta de verbas, inclusive até para comprar alimentos para as crianças ou para as pessoas que dependem destes convênios.

Já tomamos a iniciativa e esta Casa, por unanimidade, já votou dois requerimentos de nossa autoria, no mesmo sentido desse, que subscreveremos junto com V.Exa. porque a causa é justa. Não pode o Governo Federal, romper convênios ou contratos unilateralmente, sem ter uma compensação ou uma contrapartida. Senão nessa situação milhares de pessoas ficam...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a permissão para interromper o aparte, gostaria de comunicar a Casa que a Governadora Emilia Belinati deve chegar dentro de dois ou três minutos no hall desta Assembléia.

Designo uma Comissão de líderes para recebê-la na entrada da Assembléia, menos o Deputado Antônio Belinati.

O Sr. Doutor Rosinha - Continuando, Deputado Seleme.

Portanto é justo, como disse anteriormente e podemos inclusive, desempenhar outras propostas políticas, se necessário, para que seja corrigido esse erro cometido pelo Governo Federal.

O SR. CÉSAR SELEME - Obrigado Deputado Rosinha, agradeço seu aparte, o apoio que sua Bancada, desde já está fornecendo a este requerimento e as providências que Vossas Excelências já tomaram.

Mas o Governo Federal delegou esta responsabilidade para o Ministério da Previdência, que assumiu este compromisso, só que até agora não deu satisfação em caráter de rede nacional como vai ser feito este pagamento. E o atraso já é de três meses! Agradeço apoio de sua Bancada.

Senhores Deputados, é uma responsabilidade de todos nós subscrevermos este documento para encaminhá-lo ao Governo Federal. Como me somo a outros Deputados nos movimentos dos produtores, dos agricultores, esse é um movimento social de uma grande parcela da população do Estado do Paraná, Senhores Deputados!

Quero aproveitar para me somar também ao pronunciamento do Deputado Zuk, quanto às suas reformas a nossa Bancada, Deputado Techy e César Seleme, como reformadores darão todo apoio ao nosso Deputado Luiz Carlos Zuk, conte com o apoio do PPR.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Suspendo a Sessão por alguns minutos para que o Plenário possa receber, com as honras de estilo, a nossa Governadora, a primeira mulher a assumir o Governo do Estado e que honrou esta Casa como Deputada Estadual.

Suspendo a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a Sessão.

Recebemos a visita da ilustre Governadora Emilia Belinati que honrou esta Casa com a sua presença como Deputada estadual e agora nos honra com a visita de cordialidade e nós a recebemos como a sempre Deputada Emilia Belinati. É uma honra, governadora, a sua presença nesta Casa.

A Mesa designa a Deputada Irondi Pugliesi para fazer a saudação à nossa ilustre visitante.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. aqui presentes, Sra. Governadora Emilia Belinati.

É uma satisfação para esta Casa, termos uma parlamentar, não só presente aqui hoje, mas no governo do Estado, principalmente por ser a senhora, a primeira mulher a chegar ao poder no Executivo do Paraná. Eu tive a honra de ser a primeira mulher a chegar a esta Casa de Leis e sei que não é fácil como mulher, estar no poder, mas pode ter a certeza de que nós mulheres do Estado do Paraná, nos sentimos muito orgulhosas de vê-la no comando do Estado, principalmente porque, como feminista que sou, lutadora pelos direitos da mulher, sabemos que S.Exa. quando passou por esta Casa também assim fez a defesa da mulher, a defesa da criança, a defesa da família e é aquilo que nós esperamos da mulher no poder. Nós sabemos que não é fácil, como já disse, mas que a visão que a mulher tem do social, que a mulher tem da sociedade como um todo, inclusive da economia, se diferencie um pouco da visão que o homem tem dessa mesma sociedade, porque a mulher herdou de Deus o dom da maternidade e isso faz com que ela enxergue o mundo por outra ótica.

É um prazer para nós tê-la aqui conosco e uma satisfação muito grande de ver a mulher governando o nosso Estado. É uma satisfação, espero vê-la sempre aqui e falar em nome das mulheres do Paraná e estamos aqui nesta Casa para ajudar a servir o nosso Estado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós, os homens, não fazemos discriminação. A palavra pode ser concedida a um dos Senhores Deputados. Só a um, menos ao Belinati, para fazer a saudação à nossa governadora.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Governadora Emilia Belinati, Deputada Irondi Pugliesi, dona Regina, que representa a Associação das Senhoras de Deputados aqui da Assembléia. Já nós havíamos determinado anteriormente - e até peço desculpas à Deputada Irondi Pugliesi que estava numa audiência do Tribunal Regional Eleitoral e pedi a ela que viesse o mais rápido possível à Assembléia para fazer uma saudação a nossa governadora. A saudação de mulher para mulher.

Entendemos que é importante, no momento em que assume o governo do Estado, a ex-Deputada Emilia Belinati, mas venho também à tribuna, Senhor Presidente, para dizer da satisfação que nós temos de ter a Deputada Emilia Belinati como governadora, eu que aprendi a conhecê-la nesta Casa, nos 4 anos anteriores, aqui sempre com a

sua inteligência, com a sua sensibilidade, com o seu raciocínio rápido engrandecendo cada vez mais este plenário nas discussões aqui levadas a efeito. E sempre víamos na Deputada Emilia Belinati: a sua competência, o seu carisma. Tanto é de que nós parlamentares da Bancada do PDT, da Bancada anterior cerramos fileiras quando havia, ainda, a perspectiva da indicação de um candidato a vice-Governador. Lá fomos, alguns parlamentares que aqui voltaram: eu, o Deputado Rossoni, Deputado Zuk, enfim, a Bancada do PDT que era da legislatura anterior. Fomos lá, pedimos ao Governador, que achávamos que seria interessante a indicação da Deputada Emilia Belinati.

Seria uma valorização não só a esta Assembléia mas a todas as mulheres do Paraná. Daríamos uma demonstração de que - neste Paraná - não existe o preconceito e, acima de tudo, estaria sendo ocupada a vice-governadoria, por uma mulher inteligente, capaz como a nossa Exa. Governadora Emilia Belinati. E graças a Deus já se começava a articular essa possibilidade.

Acho que a gente reforçou um pouco essa decisão tomada pelo Governador e pelos partidos de apoio, naquela época, Deputado Nelson Justus nos acompanhou, Deputado Anibal Khury, enfim, todos estávamos interessados nessa indicação. E hoje, me permite chamá-la assim de Emilia Belinati, nós estamos todos felizes vendo o Governador Jaime Lerner tendo não atrás de si, mas junto de si, ao seu lado e às vezes até na frente a sua pessoa, a sua inteligência, a sua capacidade. Engrandecendo o Estado do Paraná, abrindo a todo instante as portas do Palácio Iguazu a receber a todos, independente da cor partidária ou de qualquer outra questão que coloque em dúvida a questão política.

Está lá V.Exa. recebendo, está V.Exa. presente em todos os acontecimentos no interior do Estado e aqui em Curitiba, a disposição que tem a Governadora e a maior demonstração que deu, hoje, minutos atrás, dispensou o carro oficial! Veio a pé do Palácio até a Assembléia. Isso demonstra o seu carisma, a sua sensibilidade, a sua forma de fazer, realmente, política séria, política coerente.

Por isso em nome dos parlamentares, muito embora já tenha feito a saudação a Deputada Irondi Pugliesi, quero dizer da nossa alegria, da nossa satisfação em tê-la, aqui, nesta tarde, engrandecendo sobremaneira a Assembléia.

V.Exa. vem, pela primeira vez, fazer uma visita oficial à Assembléia. Acho que o caminho é exatamente esse: não esperar que se faça uma formalidade oficial, mas vem por livre e espontânea vontade. E aí está a Governadora!

Curitiba, terça, em 04.04.95

Muito obrigado, Governadora, em nome de todos.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a nossa Governadora Emília Belinati.

A SRA. GOVERNADORA (Emília Belinati) - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa Deputado Anibal Khury; Deputado Luiz Carlos Martins; Deputada Irondi Pugliesi; Regina Pessuti; demais Deputados; Servidores desta Casa a quem nós devemos um grande respeito, Sras. e Srs.

Fiz questão de vir hoje à Assembléia Legislativa porque a Assembléia Legislativa foi a minha segunda escola política. Porque na verdade minha primeira escola política foi em casa, com o meu marido Antônio Belinati hoje com assento aqui, nesta Casa. E a segunda escola a Assembléia Legislativa. Aprendi muito com muitos companheiros que estão aqui, nesta tarde, Deputado Algaci, Deputado Anibal, Deputado Orlando Pessuti; Luiz Carlos Martins; Annibelli; Deputado Rosinha; Deputado Nelson Justus; Élio Rusch; Cezar Silvestri. Outro dia participei de uma solenidade e a pessoa que nos recebeu disse que não ia citar nomes porque poderia deixar de citar alguns nomes e as pessoas ficarem magoadas com ela. E, na verdade, hoje à tarde a gente acaba fazendo isso.

O Carlos Simões; o Duílio Genari que estiveram conosco na Legislatura passada, o Annibelli, nós já falamos, o Élio Rusch, o Toti Colaço, o Edson Silva Lino, o Alborghetti, londrinense, companheiro nosso, e os companheiros que estão nesta Legislatura na Assembléia Legislativa, Deputados competentes, sérios, que realmente demonstram o amor pelo seu Estado, o amor pelo povo do Estado do Paraná, desempenhando seriamente os seus trabalhos na Assembléia Legislativa.

Vimos na companhia dos Secretários de Governo, o chefe da Casa Civil, Fernando Ribas Carli, Giovani Gionedes, Mariângela, nossa assessora que sempre esteve conosco durante o nosso mandato na Assembléia Legislativa e quero agradecer esta homenagem que a Assembléia Legislativa me presta nesta tarde. Na verdade nós viemos aqui para uma visita informal.

Então, quero agradecer o carinho com que nos receberam, a Deputada Irondi Pugliesi que deixou os seus afazeres, os seus compromissos e compareceu aqui para nos receber e nos prestigiar. Deputado Caíto Quintana, também nosso companheiro na Legislatura passada e que ficou atrás dos fotografos.

Mas é um prazer realmente estar na Assembléia Legislativa e especialmente quero

cumprimentar os servidores desta Casa que sempre nos trataram com muito carinho e com muito respeito. É uma alegria estar aqui e o nosso Gabinete está à disposição e esperamos receber todos os Senhores Deputados lá para tomarmos um café e para que possamos trocar idéias a respeito do que podemos fazer em conjunto pelo Estado do Paraná.

Muito obrigado, obrigado ao Presidente Anibal por este deferimento e aos amigos da imprensa com os quais convivemos durante os quatro anos na Assembléia Legislativa também o nosso abraço.

Que Deus abençoe a todos e que possamos fazer um grande trabalho pelo Estado do Paraná.

Obrigada.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradecemos a presença da Governadora em exercício, da Regina Pessuti, dos Secretários de Estado, Giovani e Carli, e queremos dizer à nossa Governadora que esta Casa é sua. A sua presença marcou tanto nesta Casa que nós a consideramos uma eterna Deputada.

E para consolar o meu querido amigo, Antonio Bellinati, eu inverto um provérbio popular: Atrás de uma grande mulher sempre há um grande homem.

Suspendo a Sessão por dez minutos para que os Senhores Deputados possam cumprimentar a nossa Governadora.

Está suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a Sessão.

Designo a mesma Comissão para acompanhar S.Exa. a Governadora até a saída deste prédio.

(Pausa)

Horário das Lideranças: PP, PMDB, PT, Liderança do Governo.

(Todos Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 047/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Fundação Hugo Simas, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 14 de 14.03.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 47/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Hugo Simas, com sede nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar e após o autor ter encaminhado resposta à diligência solicitada, apresentamos nosso parecer favorável para sua tramitação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 04.04.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTÔNIO BELINATI - Relator

ITEM 02

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 074/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública a Ação Social São João Batista, com sede e foro na Cidade de Imbituva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 23 de 23.03.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 74/95

P A R E C E R:

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei n° 74/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, que objetiva declarar de Utilidade Pública a Ação Social São João Batista, que tem sede e foro em Imbituva.

Todos os documentos requeridos por lei, foram anexados, não havendo quaisquer exigências a formular.

II - VOTO DO RELATOR

Tudo bem examinado, em especial quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto somos de parecer que deve merecer integral aprovação desta Comissão.

Sala das Comissões, em 04.04.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BETO RICHÁ - Relator

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 654 e 655, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 656, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 670, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Encaminhe-se conforme o requerido.**

Requerimento n° 672, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 673, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 657, 658 e 659, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 661, 662 e 663, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 664, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 666, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 668 e 669, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 675, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 674, de autoria dos Senhores Deputados César Seleme, Anibal Khury, Luiz Carlos Martins, Rossoni, Luiz Carlos Zuk e demais Senhores Deputados, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 671, de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 632 e 633, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 047 e 074/95.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de mil, novecentos e noventa e cinco, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem a Comissão de Fiscalização, na Sala de Reuniões das Comissões, com o fim específico de proceder sua instalação e respectiva eleição para Presidente e vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a comissão e anunciando em seguida a realização da eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Duílio Genari e Nelson Justus, para Presidente e vice-Presidente, respectivamente. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente, ao assumir o cargo, agradeceu a deferência de seus nobres pares e encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olímpio Sotto Maior, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK
DUÍLIO GENARI

NELSON JUSTUS
DR. ROSINHA
JOSÉ TAVARES
LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI
ANTÔNIO BELINATI
ÉLIO LINO RUSCH

COMISSÃO DE FINANÇAS ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão. Presidida na forma regimental pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, vice-Presidente da Comissão Executiva, com o fim específico de instalar e eleger Presidente e vice-Presidente da mesma. Havendo número legal, o Senhor Presidente instalou a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Durval Amaral e Élio Rusch, para Presidente e vice-Presidente, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a deferência de seus nobres pares e encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Wilson Penka, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK
DURVAL AMARAL
ÉLIO LINO RUSCH
ORLANDO PESSUTI
ALBANOR GOMES
MILTON PUPPIO
NELSON JUSTUS
FLORISVALDO FIER

COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão. Presidida na forma regimental pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, vice-Presidente da Comissão Executiva, com o fim específico de instalar e eleger Presidente e vice-Presidente da mesma. Havendo número legal, o Senhor Presidente instalou a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Nelson Justus e Walmor Trentini, para Presidente e vice-Presidente, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a deferência de seus nobres pares e encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olímpio Sotto

Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK
NELSON JUSTUS
WALMOR TRENTINI
ORLANDO PESSUTI
DURVAL AMARAL
JOEL COIMBRA
CARLOS SIMÕES
PÉRICLES MELLO

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e dois dias do mês de março de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão. Presidida na forma regimental pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, vice-Presidente da Comissão Executiva, com o fim específico de instalar e eleger Presidente e vice-Presidente da mesma. Havendo número legal, o Senhor Presidente instalou a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Luiz Accorsi e Edson Silva Lino, para Presidente e vice-Presidente, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a deferência de seus nobres pares e encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Osmar Prestes, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK
LUIZ ACCORSI
EDSON SILVA LINO
SÂMIS DA SILVA
ORLANDO PESSUTI
BASÍLIO ZANUSSO
JOCELITO CANTO
FLORISVALDO FIER

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
13.^a Legislatura - 1.^a Sessão Legislativa
Ata da 2.^a Reunião Ordinária

Aos vinte e oito dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões dessa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Emerson Nerone, Nelson Justus, Walmor Trentini, Luiz Cláudio Romanelli, Toti Colaço, José Tavares, Beto Richa, Geraldo Cartário, Antonio Annibel-

li, Valdir Rossoni e Eduardo Trevisan. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião e após discussão e votação, aprovou-se a ata da reunião anterior, com a seguinte retificação solicitada pelo Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli: Exclua-se o termo repúdio, bem como a frase contida na terceira folha, onde houve um erro ao registrar as palavras do Deputado. Inclua-se: O Deputado Luiz Cláudio Romanelli levantou questão de ordem, que havia sido colocado em votação os projetos de lei, oriundos do Ministério Público, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça, que embora tratassem de reajuste salarial, o faziam de forma diferenciada entre servidores do Quadro Geral e Membros dos Órgãos Superiores. Manifestou sua estranheza pela proposta de não contemplar reajuste linear de 14,09% para todos os servidores, por entender que esta é a decisão manifestada pela liminar concedida pelo STF na ação proposta pela Associação dos Magistrados. Passou-se então à Ordem do Dia: o Senhor Presidente diz terem sido apresentados projetos de reajuste do Quadro do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, cuja matéria foi objeto de relatório e aprovada. Posteriormente chegou a notícia de falha no ofício e atendendo o Plenário foi retirado. Passa-se à leitura do novo ofício e o Senhor Presidente consulta o Plenário se há observações. Passou a palavra ao Relator, Deputado Nelson Justus, que fez a leitura do Projeto de Lei n.º 68/95 do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL, com a ressalva de apreciar o mérito em Plenário - APROVADO. O Deputado Emerson Nerone, apresenta o seu parecer - voto em separado aos Projetos de Lei n.º 67/95, 68/95, 69/95, 60/95, 70/95 e 71/95 e diz ser complicado, uma vez que alguns dos projetos não estão mais nessa Comissão. Pergunta qual o entendimento do Senhor Presidente com relação a votação do voto em separado. O Presidente diz que os outros projetos não poderão ser objetos de apreciação por não estarem mais nessa Comissão. O Deputado José Tavares sugere que o Deputado Emerson Nerone encaminhe a tramitação de acordo com a colocação dos projetos, e que por enquanto foi relatado somente o projeto que trata do reajuste dos Magistrados. O Deputado Emerson Nerone diz haver um complicador maior porque não vamos mais apreciar aqui alguns projetos. Acredita que houve diversos entendimentos na reunião passada, onde pediram que fossem anulados pareceres de todos os projetos de reajuste. O Senhor Presidente diz ao Deputado Emerson Nerone que pode apresentar seu voto em separado aos projetos que forem lidos nessa reunião, conforme

Curitiba, terça, em 04.04.95

ordem de leitura. O Deputado Nelson Justus concorda e diz que como foi feito um parecer para três projetos, nada impede que apresente em cada uma das votações e no Plenário poderia apresentar um Substitutivo. E agora, simplesmente atendendo uma questão de ordem, passa, o Deputado Nelson Justus, a ler o parecer do Deputado Plauto Guimarães, Relator do Projeto de Lei 67/95 da Procuradoria Geral de Justiça. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. O Deputado Nelson Justus, de igual maneira diz ter ficado com a incumbência de fazer a leitura do Projeto de Lei n° 71/95, do Tribunal de Contas, em que o Deputado Cezar Silvestri é o Relator, e manifestou parecer FAVORÁVEL - APROVADO. O Deputado José Tavares pede ao Senhor Presidente que faça registrar em ata que o seu voto foi favorável aos três projetos, no que diz respeito aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Quanto ao mérito se reserva no direito de em Plenário se posicionar de acordo com sua consciência. O Presidente esclarece que uma vez aprovado o parecer, o voto em separado do Deputado Emerson Nerone fica prejudicado. O Deputado Emerson Nerone pede que registre em ata que o que motivou tirar os projetos na última reunião foi o telefonema do Tribunal de Justiça dizendo que o projeto do reajuste dos servidores havia vindo errado. Foi esse o entendimento que teve e ao que lhe parecer, também do Deputado Luiz C. Romanelli, que todos os projetos haviam sido retirados. Respeita o entendimento do Presidente e solicita que se acate esse voto em separado no tocante aos outros projetos. O Senhor Presidente esclarece não ser possível, pois os outros não estão sendo analisados. O que aconteceu foi que surgiu uma comunicação, em face de uma falha que teria ocorrido, e que, atendendo determinação do Plenário, foram tirados de pauta os projetos já mencionados e mantido o procedimento normal aos demais, com o objetivo de impedir que eventuais discussões retardassem a tramitação. Esclarece ainda que a informação não veio com a devida clareza, sendo portanto seguros os projetos. Com o ofício, o esclarecimento surgiu e ficou claro que a irregularidade foi só no ofício e não no conteúdo da matéria. O Deputado Luiz Romanelli diz que o Deputado Emerson Nerone, com muita lucidez registra na sua memória o que aconteceu na última reunião, o motivo que a suscitou e o que ficou sobre o reajuste salarial dos servidores do Tribunal de Justiça porque o ofício capeava o anteprojeto que estava errado. Pede permissão para dizer que a Mesa não está correta ao informar e trazer a essa Comissão, hoje, a discussão sobre o projeto de rea-

juste da Magistratura, Procurador e Conselheiro. Na verdade a questão, o problema que surgiu, é que o projeto do reajuste dos servidores não está mais aqui. O Senhor Presidente diz que a matéria objeto dessa discussão teve tramitação nessa Comissão e foi encaminhada. Não se pode ir buscá-la. O Deputado Luiz Romanelli lembra que houve discussão e questão de ordem sobre o mérito e que o Deputado Nelson Justus esclareceu questão dos reajustes diferenciados. O que sobrestou a decisão foi o ofício que pedia uma coisa que era completamente divergente do que estava exposto no anteprojeto. Foi isso o que aconteceu. Se foi entendido de outra forma, acredita que a Mesa não encaminhou corretamente essa questão. O Deputado Emerson Nerone diz ter sido esse motivo que fez com que trouxesse esse parecer em separado. O Senhor Presidente solicita que se registre em ata esse protesto, mas infelizmente não tem como trazê-lo de novo a essa Comissão. O Deputado José Tavares diz que a ata da reunião anterior esclarece essa questão, na penúltima folha, no final, onde lê-se: o Deputado José Tavares acredita que os outros Projetos também podem estar prejudicados sendo melhor incluí-los nessa decisão. Após consulta ao Plenário, a Presidência decidiu submeter a nova votação os Projetos de n° 67/95, 68/95 e 71/95, na reunião de terça-feira próxima, dia 28 do corrente mês, onde as devidas correções deverão ter sido feitas por parte do Poder Judiciário. O Deputado José Tavares pergunta ao Deputado Nelson Justus se foram esses Projetos lidos e relatados. O Deputado responde que sim. O Presidente diz já estar consumado. O Deputado Emerson Nerone encaminhará o seu voto em separado para a Comissão de Finanças. O Deputado Eduardo Trevisan comunica ao Senhor Presidente e Companheiros, que juntamente com o Deputado Geraldo Cartário não estará presente nas próximas duas reuniões. Solicita que seja convocado os suplentes, pois irá representar essa Assembleia Legislativa numa viagem à Alemanha, acompanhando a comitiva do Senhor Governador. O Deputado Walmor Trentini pede que se registre a falta de espaço para os membros dessa Comissão e que se providencie mais cadeiras. O Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) DEPUTADO JOEL COIMBRA - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária